



O PARALELO ENTRE FELICIDADE E LIBERDADE SUBSTANTIVA: UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA DE ARISTÓTELES A AMATYA SEN

*Andréa Virgínia Sousa Dantas**

*Luiz Roberto Alves dos Santos***

Aristóteles assevera, em alguns de seus textos, que o homem é um animal que possui o *logos*, ou seja, a capacidade de falar de uma forma sensata e de refletir sobre os seus atos (PISIER, 2004). A capacidade intelectual do ser humano implica, por conseguinte – e sobre este ponto o autor deixa muito claro em sua obra *Ética a Nicômacos* (ARISTÓTELES, 1999) – no pensar e refletir racionalmente, sendo-lhe muito própria e estando inscrita em sua essência, a tal ponto de constituir um diferencial do homem em meio às demais criaturas da natureza.

Capacidade, aqui, parece ser uma palavra chave para a questão que estamos a discutir neste ensaio, uma vez que nos remete imediatamente a outro bem, para muitos filósofos o Bem supremo, isto é, o Bem autossuficiente e autárquico, acima de todos os demais bens estimados pelas pessoas: a liberdade. Pois é por meio da liberdade que os indivíduos têm a possibilidade de desenvolver suas capacidades segundo valores e crenças que estimam, ideia esta defendida pelo filósofo e economista detentor de um prêmio Nobel, Amartya Kumar Sen (2000), e que representa na atualidade o conceito mais aceito e difundido de desenvolvimento humano. Quando não se tem liberdade – social, econômica, política – não se pode desenvolver as capacidades que cada um julga importantes para si e que fazem parte de seu projeto autônomo e autêntico de vida; logo, não se tem desenvolvimento e, por conseguinte,

* Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade Potiguar (UNP). Bacharel em Turismo, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharel em Filosofia, pela UFRN. Mestre em Turismo, pela *Universidad de Las Palmas de Gran Canaria*, Espanha. Professora do Departamento de Ciências Administrativas da UFRN.

** Licenciado em Filosofia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Filosofia, pela UFRN. Doutorando em Filosofia, pela UFRN. Professor de Filosofia e Epistemologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

não se alcança a felicidade. A felicidade, já pregava o mesmo Aristóteles (1999), não depende de riqueza, nem de honrarias, nem de bens externos de uma maneira em geral; a grosso modo, a felicidade se atinge por meio do emprego constante da habilidade inata do ser humano de pensar e de refletir sobre suas ações, coisa que só é possível devido à autonomia, causada pela mesma capacidade intelectual. No final das contas, tudo remete à liberdade, pelo que se tem a convicção de ser esta, e não a felicidade, o sumo Bem do homem, haja vista que a própria felicidade depende desta mesma liberdade – ao menos da liberdade de, dentro de certos limites, que nunca cessam de existir, de dirigir seus próprios pensamentos e, através deles, sua própria vida. Assim, liberdade, autonomia ou autodeterminação e capacidades são ideias estreitamente relacionadas e mutuamente reforçadoras, e a reflexão sobre esta tríade pode conduzir a um pensamento mais aprofundado acerca da possibilidade da filosofia e do ato de pensar como suportes da dignidade humana em um meio hostil.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, seria então o cerceamento de liberdade, em todos os seus âmbitos – o que Sen chamaria de liberdades substantivas, isto é, toda e qualquer liberdade que os seres humanos têm razão em valorizar e fazem com que a vida valha a pena, como o direito ao respeito, à privacidade, à possibilidade de evitar a fome e a morte, entre inúmeras outras, que não necessariamente se encontram previstas em lei – que torna a vida indigna e hostil, quer física ou psicologicamente. Dá-se forma, assim, à noção de meio hostil, que não essencialmente remete a um ambiente de guerra ou imbuído de outras formas de forte repressão e violência física, ideológica ou moral, fome e pobreza extremas, circunstâncias estas não raras no mundo contemporâneo. De acordo com a proposta apresentada aqui, podemos entender a hostilidade não só como uma situação extrema – de guerra, violência, pobreza – mas da própria vida como esta se apresenta a cada um de nós. Por muitas vezes a vida nos parece hostil: quando perdemos um emprego, quando possuímos escassos meios de sustento, quando sofremos ou somos ameaçados de assalto, quando perdemos horas no trânsito congestionado ou esperando o transporte coletivo, quando sofremos assédio moral do chefe, quando sofremos com a infidelidade do cônjuge, quando temos desavenças com nossos pais e filhos... todas essas e muitas outras mais circunstâncias mundanas e cotidianas que causam temor e estresse, quando mínimo, e angústia e desespero, em seu grau máximo. Em algum momento de nossa existência a vida nos parece hostil, e essa hostilidade muitas vezes altera o curso de nossa trajetória, prejudicando ou impedindo o desenvolvimento pleno de nossas capacidades.

O princípio de liberdade baseado na autonomia, elaborado por Mill e citado em Appiah (2005), toma nota de que prejudicar uma pessoa implica privá-la de alguma forma de

sua liberdade de escolha, de destituí-la do poder de desenvolver suas capacidades. Uma pessoa angustiada, em uma interpretação livre de Heidegger (2001), confrontada com o nada, a saber, com a possibilidade do não ser – situação esta que pode ser levada tanto pela monotonia do cotidiano como pela culminação de uma sucessão de temores em suas mais diversas formas – está fechada às possibilidades existentes no mundo para o pleno desenvolvimento de suas capacidades. Sem embargo, a angústia pode apresentar, por outro lado, uma possibilidade de abertura para a autonomia e autenticidade, “para a liberdade de assumir e escolher a si próprio” (HEIDEGGER, 2001, p. 252), entendendo-se aqui a liberdade como o exercício de transcendência do homem, “seu poder de transcendência sobre o mundo e sobre si” (CHAUÍ *in* HEIDEGGER, 1996, p. 9).

Nesse sentido, a liberdade, enquanto *eleuthería* tem sua significância no âmbito da efetividade do pensamento na ação, estar livre das determinações impostas pelo senso comum, sendo esta a mesma concepção do termo constante na tradição filosófica clássica. Portanto, é perfeitamente cabível entender este tipo de liberdade como algo que se realiza no domínio de uma *práxis* individual (DINUCCI *in* ARRIANO, 2007), de modo que existe uma nítida semelhança entre este tipo de conotação e a compreensão abordada por Sen de liberdades substantivas, que não é outra senão a de uma autonomia ou autodeterminação – o sujeito livre, como agente do próprio desenvolvimento.

Para os antigos estoicos, aquilo que é repensado aqui na forma de liberdade ou *eleuthería* é um elemento fundamentado pela noção de desenvolvimento da sabedoria prática, algo similar ao que foi trabalho por Aristóteles em sua *Ética a Nicômacos*. Os pensadores estoicos acreditavam que certas coisas estão sob o nosso controle, ao passo que a grande maioria das outras escapa furtivamente do desígnio humano. Esta corrente filosófica não deixava de estar imbuída deste jogo de forças contrárias entre a autodeterminação, por um lado, e a fortuna, por outro, tão típico do pensamento grego arcaico. Ainda em Maquiavel, em pleno século XV, é possível perceber, em seus escritos, essa mesma dualidade do pensamento filosófico na prática política. E ele asseverava: o sujeito de virtude é aquele que constrói sua própria trajetória, a despeito da fortuna; que esta lhe apresente condições adversas e incontroláveis que influam decisivamente em sua trajetória calculada de vida não o deve impedir de controlar aquilo que pode, ou seja, de ter prudência no agir e uma visão de futuro, de longo prazo (MAQUIAVEL, 2000).

Mas exatamente que elementos de nossa vida podemos controlar, levando em consideração a infinidade de variáveis externas e independentes do nosso círculo de poder, enfatizadas pela situação de globalização onde nos encontramos inseridos na

contemporaneidade? O que pode o indivíduo fazer para controlar e determinar sua trajetória de vida em situações, que longe de ser raras, são recorrentes na maior parte (subdesenvolvida) do globo, onde lhe são negadas sistematicamente as oportunidades de expandir livremente suas capacidades, logo, de desenvolver-se e buscar a felicidade? Mais uma vez recorreremos aos estóicos, mestres na arte da ataraxia¹ e do autodomínio, para responder a essa questão. Para estes pensadores, as coisas às quais os indivíduos podem ter controle é o conhecimento de si mesmo, que representa a verdadeira sabedoria, que por seu turno leva igualmente ao mais elevado dos bens, que é a liberdade. Outrossim, a sabedoria apontada aqui é a mesma que corroborou para que Sócrates, no *Fédon*, se mostrasse como o mais livre dos homens, que mesmo condenado de forma injusta, preso e acorrentado, prestes a cumprir pena capital, bebendo a cicuta, não deixou de louvar a vida que tinha tido, nem ao menos de lutar por seus ideais de vida, ou seja, a continuar filosofando até o derradeiro momento (PLATÃO, 2000).

Platão, em sua famosa Alegoria da Caverna, presente no Livro VII de *A República*, mostra-nos o valor do autoconhecimento, ao discorrer sobre a possibilidade de vivermos enganados, como se estivéssemos presos no fundo de uma caverna, totalmente determinados pelas sensações (PLATÃO, 1996). Poderíamos considerar que para ele aquele que “saiu da caverna” é menos coagido por determinações externas e torna-se mais senhor de si, responsável por usar o crivo do intelecto, que é uma característica inata, na deliberação acerca de sua compreensão de vida e, de certa forma, vindo a perceber que a reflexão é a causa principal da liberdade. Logo, para aquele que visa à verdadeira liberdade, a afecção que o atinge não consegue ser maior do que o autoconhecimento que o permite ser livre. Ou seja, não significa que não experimente afecções desagradáveis, apenas que estas causam-lhe menos impacto, pois as reconhece como sendo independentes de sua vontade.

Na mesma linha de pensamento, “A Consolação da Filosofia”, de Boécio, trata, de um modo em geral, de uma conversa entre o autor e a “Senhora Filosofia”, durante a qual a última consola o filósofo – preso durante o período de aproximadamente um ano, ao final do qual foi condenado e executado pelo crime de traição ao rei ostrogodo Teodoro o Grande – ao discutir a natureza transitória da fama e da riqueza e a superioridade maior das coisas da mente, as quais ela considera o único bem verdadeiro. Ela sustenta que a felicidade vem do interior, e que a virtude de um indivíduo é tudo aquilo que ele realmente tem, posto que não é

¹ Do grego ataraktos (*a*, “não”, e *tarassein*, *tarak*, “perturbar”), implica a serenidade, ou mais literalmente, a imperturbabilidade da alma.

passível de ser atingida pelas vicissitudes da fortuna². O mesmo pensamento defende Aristóteles acerca da necessidade da constância do emprego da virtude ou excelência (*aretê*) para se alcançar a felicidade, que não é algo transitório ou pontual, mas o resultado de toda uma vida pautada pela reflexão sistemática, em uma busca constante pelo meio termo ou pela justa mediania nos sentimentos e nas atitudes para com outrem (ARISTÓTELES, 1999).

Aristóteles defende que o homem verdadeiramente virtuoso põe em prática sua virtude mesmo em tempos difíceis, suportando as adversidades e não deixando abater por elas sua disposição de espírito, levando-o a cometer atos infames. Ainda que o filósofo conceda uma relevância significativa ao papel do destino para o alcance da felicidade – segundo o qual tem mais possibilidades de ser virtuoso o homem que: (a) é favorecido pelo destino em termos de nobreza de nascimento, de descendência e de beleza; e (b) que é favorecido pelo destino no sentido de que este não lhe traga grandes infortúnios, como a morte de filhos e outras desgraças que impeçam definitivamente o desfrute da vida – o certo é que a felicidade depende muito mais do exercício de uma liberdade interior, nascida do autoconhecimento, em direção ao emprego habitual da virtude, que depende fundamentalmente da reflexão sistemática sobre sua própria natureza (ARISTÓTELES, 1999). Pois como afirmara Musônio Rufo, mestre de Epicteto (DINUCCI *in* ARRIANO, 2007), ainda que a manutenção da nobreza demande um grande sacrifício, esta permanece, uma vez que, como afirmara a “Senhora Filosofia” a Boécio, as coisas da mente são inexauríveis; ao passo que o prazer obtido por meio da torpeza tem como resultado duradouro apenas a própria torpeza³.

Destarte, é forçoso compreendermos, diante da gama diferenciada de visões quanto ao entendimento do que vem a ser liberdade, que este é um conceito com um viés eminentemente histórico que, contudo, não deixa de ter uma conotação de certa imutabilidade, pois mesmo com as contingências históricas, o tratamento essencialmente não muda, ou seja, as conclusões são, em certo sentido, bastante análogas, uma vez que, guardando todas as diferenças históricas e culturais apresentadas ao longo do presente ensaio, os autores aqui trabalhados mostram que a liberdade é condição *sine qua non* para a felicidade. A liberdade, segundo os distintos pontos de vista trabalhados, leva à questão da autonomia do pensamento e das ações, bem como do autoconhecimento sobre as capacidades íntimas, que podem e devem ser desenvolvidas a despeito de adversidades externas, ou ainda, no combate a estas adversidades. Lembremos que, mesmo de maneira um tanto torpe, o Liberalismo, ou

² BOÉCIO, Anício Manlio Severino. “Consolatio Philosophiae”. Trad. de H.R. James. Londres: Elliot Stock, 1897. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/14328/14328-h/14328-h.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2009.

³ BOÉCIO, Anício Manlio Severino. “Consolatio Philosophiae”. Trad. de H.R. James. Londres: Elliot Stock, 1897. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/14328/14328-h/14328-h.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2009.

Neoliberalismo, segundo a vertente mais usual, não deixa de ter seus alicerces, é claro que de modo bastante leviano, em uma ideia de liberdade. Esta – a liberdade – tem sido palavra de ordem da segunda metade do século XX até o início deste novo milênio. Em linhas gerais, poderíamos asseverar que esta torpeza se deve ao caráter promíscuo de tal liberdade, que de modo algum teve sua incidência sobre a autonomia levantada aqui, tendo seu raio de ação concentrado mais sobre elementos materialistas, a saber, no livre mercado e na livre iniciativa – que não deixam de ter certa premência – do que sobre o caráter individual e reflexivo. É fato também que mesmo o caráter de vulgaridade adotado pelo discurso populista e capitalista, ao longo do período citado, não pode ser visto por um viés preconceituoso, que o desconsiderasse como inútil. Toda a loquacidade a propósito do liberalismo foi de suma importância para a compreensão da real natureza da liberdade, haja vista que ainda na qualidade de esforço enviesado, trouxe *a lúmen* a discussão sobre a qual nos debruçamos no momento.

Enfim, é verossímil afirmar que pensadores que viveram nos mais diversos momentos e regiões geográficas durante a história da humanidade chegaram à conclusão de que a felicidade é dependente em grande medida de bens externos, ou circunstâncias externas, que sem dúvida afetam a obtenção ou manutenção de uma vida digna. Entretanto, o fato é que a felicidade não tem sua fonte em circunstâncias externas, mas antes é de foro íntimo, nascida do pensamento crítico e reflexivo primeiro de si – em busca do autoconhecimento – e segundo da relação do eu com o mundo exterior. Posto que somente através do conhecimento de nós mesmos, identificando nossas capacidades e potencialidades, é que podemos traçar um plano – a trajetória calculada do homem de *virtú*, para Maquiavel (2000) – para alcançar, na medida do possível, nossos objetivos e metas traçados, calculando os obstáculos que sempre surgirão, em maior ou menor grau, e elaborando estratégias acerca das formas de superá-los. Que haverá obstáculos externos, isto pode ser contado como certo; e também que os fatos sociais moldam nossas escolhas internas, como recorda Appiah (2005). Entretanto, estas serão tão mais autênticas e livres das amarras impostas pela sociedade quanto mais aplicada for a crítica reflexiva, pois não é nem por natureza nem contrariando a natureza – desvirtuando um pouco aqui o final da famosa frase de Aristóteles (1999) – que o homem é livre. Já que, conforme Sem (2000), a liberdade em seu papel constitutivo, isto é, enquanto sinônimo de desenvolvimento, é um processo contínuo que se constrói no dia-a-dia, sendo esta a mesma compreensão de Aristóteles concernente à felicidade (1999). A filosofia vem ajudar neste exercício da liberdade do pensamento, que é fundamental para a tolerância das vicissitudes, e é o que garante, em última instância, a manutenção da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

APPIAH, Kwame Anthony. **The ethics of identity**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. de Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Heidegger, vida e obra (Prefácio). In: HEIDEGGER, Martin. **Conferências e escritos filosóficos**. Trad. e notas de Ernildo Stein. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DINUCCI, Aldo. Tradução, introdução e notas. In: ARRIANO, Flávio. **Epicteto: aforismos de sabedoria estoica**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2007.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Trad. de Márcia de Sá Cavalcante. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Parte 1.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe: comentários de Napoleão Bonaparte**. Trad. de Edson Bini. 12. ed. Curitiba: Hemus, 2000.

PISIER, Evelyne. **História das idéias políticas**. Trad. de Maria Alice F. C. Antônio. São Paulo: Manole, 2004.

PLATÃO. **A República**. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 8. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1996.

PLATÃO. **Diálogos III: Fedón, Banquete y Fedr**”. Introducciones, traducciones y notas E. Lledó Iñigo, C. Garcia Gual y M. Martínez Hernández. Madrid: Editorial Gredos, 2000.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. [4ª reimpressão]